

OS INDICADORES SOBRE A POPULAÇÃO INDÍGENA NO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

ANA APARECIDA DE OLIVEIRA DEEKE¹; DENISE MACEDO ZILIOOTTO²;

¹Universidade Federal de Pelotas – anadeeke009@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – dmziliotto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A investigação acerca dos indicadores sobre a população indígena no Censo da Educação Superior no Brasil é um dia desdobramento da pesquisa **Políticas de acesso ao ensino superior e contextos de estudantes deslocados: circunstâncias de (im)permanência**, liderado pela professora Denise Macedo Ziliotto. A motivação para a realização desta pesquisa se originou da análise nos dados do Censo da Educação Superior de 2023 (INEP, 2024), onde foi possível notar lacuna importante: os dados relacionados à população indígena não são especificados, o que impede análises sobre esse grupo de estudantes. Essa questão levanta preocupações sobre a visibilidade dos povos originários e sua inclusão efetiva no ensino superior brasileiro.

O Censo da educação superior revela dados importantes sobre a trajetória dos estudantes no ensino superior brasileiro. Entre os principais indicadores analisados, pode-se destacar a taxa de ingresso, a distribuição regional, os cursos com maior número de ingressantes, a taxa de conclusão de cursos e a participação em programas de pós-graduação.

A análise proposta visa identificar e problematizar os elementos apresentados pelo Censo (INEP, 2024) a fim de identificar desigualdades históricas no acesso à educação. Apesar dos inúmeros avanços possibilitados pelas ações afirmativas, como as cotas raciais e os auxílios permanência, a restrita visibilidade da trajetória dos estudantes indígenas indica desafios a serem superados:

“O ingresso de estudantes indígenas nas universidades brasileiras constituiu uma novidade que colocou a questão da diversidade e da experiência multicultural e pluriétnica em seu interior, trazendo consigo muitos aprendizados, desafios e dificuldades.” (AMES e ALMEIDA, 2021, p. 247).

Diante disso, o presente estudo busca não apenas analisar essas lacunas, mas também trazer à tona que a população indígena é muitas vezes sub-representada ou não mencionada no Censo de Educação Superior. Essa invisibilidade aponta os resquícios do apagamento histórico dos povos originários que ainda permeiam na atualidade e refletem no sistema de educação.

A ausência de dados sobre a população indígena é evidente nas primeiras páginas do relatório do Censo da Educação Superior (INEP, 2024). No Gráfico 1, que apresenta o número médio de anos de estudo da população de 18 a 29 anos no Brasil, são usados marcadores sociais como gênero, cor, classe social e região. No entanto, o grupo indígena não é mencionado, sugerindo uma subidentificação dos dados e indicando uma invisibilidade dessa população nas estatísticas educacionais.

Embora o Brasil tenha evoluído em termos de políticas de acesso e políticas específicas para a permanência nas Instituições de Ensino Superior (IES), a falta

de detalhamento e visibilidade nos dados estatísticos sobre a população indígena denuncia uma barreira ainda maior: compreender e evidenciar a realidade vivida pelos povos indígenas na educação superior brasileira. As políticas de apoio à permanência desse grupo no ensino superior se faz notável nas IES estaduais que institucionalizam o processo de acompanhamento dos estudantes indígenas, pois apresentam menor índice de evasão (AMARAL e FARIA, 2012, p.823).

O objetivo desta pesquisa é investigar os principais indicadores sobre a inclusão indígena nas Instituições de Ensino Superior do país, utilizando os dados do Censo da Educação Superior como ponto de partida. Além disso, a pesquisa busca analisar criticamente o acesso, a permanência e as condições de conclusão que os estudantes indígenas enfrentam, explorando os avanços as barreiras encontradas ao longo dessa caminhada. Ao trazer a luz essas questões, pretende-se contribuir para um debate mais amplo sobre como os povos indígenas estão sendo representados no sistema de ensino superior e de que forma políticas mais eficazes podem ser inovadoras e impactantes para garantir a igualdade e o reconhecimento de sua identidade.

2. METODOLOGIA

A pesquisa se baseia em uma análise documental dos dados estatísticos do Censo da Educação Superior, realizado anualmente e organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revisando os dados disponíveis e cruzando as informações sobre o número de matrículas, evasão, cursos escolhidos, distribuição regional e programas de apoio à permanência, buscando refletir sobre a ausência de informações detalhadas sobre essa população, lacunas que motivaram o estudo.

Para a análise quantitativa, serão utilizadas ferramentas estatísticas, que permitam identificar tendências na forma de ingresso e permanência dos estudantes indígenas nos últimos anos.

Além disso, para a pesquisa bibliográfica se utilizara pesquisas de bases de dados como Scielo e BDTD, com intuito de contextualizar os desafios enfrentados pelos estudantes indígenas, considerando fatos culturais, sociais e econômicos que influenciam seu espaço no ensino superior, procurando fazer autores dialogarem sobre temática.

Como fontes, pesquisadores como Ames e Almeida (2021), Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) e Amaral e Faria (2012) abordam aspectos relativos a esta temática no contexto do ensino superior brasileiro. Freire e Oliveira (2019) são contribuições cruciais para subsidiar informações relativas ao Censo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação encontra-se, neste momento, na fase de estudos relativos à análise dos dados estatísticos. O Censo da Educação Superior (INEP, 2024) evidencia as diferenças regionais: estados com maior população indígena tendem a ter maior número de matrículas de alunos indígenas, enquanto as regiões sul e sudeste apresentam menor adesão. Essas informações são relevantes para avaliar o impacto das políticas de acesso e para subsidiar novas ações que favoreçam a permanência dessa população no meio acadêmico, eliminando a desigualdade educacional e assegurando um ambiente mais diverso e inclusivo.

4. REFERÊNCIAS

AMARAL, W. R., & FARIA, T. M. B. (2012). **Presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos**. Revista brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.93, n 235, p. 818-835, set./dez. 2012.

AMES, V. D. B., & ALMEIDA, M. L. de. **Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS**. Sociologias, v. 23, n. 56, p. 244–275, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sociologias/article/view/79130>>. Acesso em: 04 de Out de 2024;

BERGAMASCHI, M. A., DOEBBER, M. B., & BRITO, P. O. (2018). **Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência**. Revista brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 99, n251.

COSTA, S. D. F., & CARNIEL, F. (2022). **Inclusão indígena na educação superior: perspectivas guarani e institucionais**. Revista Brasileira de Educação, v.27 e270019.

FREIRE, J. M., & OLIVEIRA, M. F. (2019). **Cultura indígena e educação superior no Brasil: Um olhar sobre o Censo da Educação Superior**. Revista Brasileira de Educação, 24(4), 113-132.

INEP. Ministério da Educação. **Censo Educação Superior: Divulgação de resultados 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf> Acesso em: 04 de Out de 2024.